



Bolsonaro quer mexer no abono, auxílio-doença, BPC e IR para pagar Renda Cidadã



De olho na reeleição em 2022, Bolsonaro (ex-PSL) atira para todos os lados para viabilizar o Renda Cidadã, programa que deverá substituir o Bolsa Família, criado por Lula.

Mas medidas até agora vazadas para a imprensa só afetam o bolso do trabalhador e da trabalhadora pobres, desmentindo o próprio presidente que disse que “não tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos”.

Ainda sem uma proposta definitiva de como viabilizar economicamente o Renda Cidadã, o governo continua estudando possibilidades. Nenhuma delas mexe na renda dos mais ricos, na taxaço de grandes fortunas e numa reforma tributária mais justa, fazendo quem ganha mais pagar mais, como defende a CUT.

O governo anunciou, entre outras medidas, que reduziria a faixa salarial do abono salarial, pago todos os anos a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos (R\$ 2.090,00). A proposta é conceder o benefício somente para quem ganha até R\$ 1.463,00.

Há ainda a possibilidade de aumentar o tempo mínimo de registro em carteira que o trabalhador precisa ter para receber o abono. Pela regra atual, o trabalhador tem direito a um valor proporcional a partir de um mês trabalhado, aumentando a proporcionalidade conforme o número de meses. [Leia matéria completa de Andre Accarini e Rosely Rocha em www.cut.org.br](http://www.cut.org.br)

SERVIDORES PÚBLICOS NÃO PODEM SER DEMITIDOS?

MENTIRA



Um dos argumentos mais ficcionalizados e repetidos pelo governo contra os servidores é o da estabilidade como privilégio, que visa enfraquecer a categoria para implantar planos de terceirização e contratações precarizadas. Entretanto, desde 2003, mais de 7,5 mil servidores foram demitidos, como pena administrativa prevista na Lei 8.112/90, ou seja, exonerações acontecem com frequência, de acordo com a lei vigente.

#naoareformaadministrativa
 #EuDefendoOServicoPublico
 Via @Condsef

Novos amigos! por @desenhosdonando

